



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/06/2015

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CONVÊNIOS.....	4 - 6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	7
3.2. DESEMBARGADOR.....	8

Ministro do Supremo participará de evento do Tribunal de Justiça

Ricardo Lewandowski chega hoje a São Luís. **Geral 7**

Asecom/STF



Ministro Lewandowski assina ato hoje para aperfeiçoar justiça criminal

Ministro assina termo para aperfeiçoamento do sistema de Justiça

Presidente do STF será agraciado com Medalha Especial do Mérito Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participará de solenidade hoje, às 11h, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), quando assinará, juntamente com a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire, Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal do Estado do Maranhão. Na ocasião, o ministro Ricardo Lewandowski será agraciado com a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão.

O Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal, que prevê a implementação de medidas no âmbito da execução penal e carcerária do Estado, também será assinado pelo governador do Maranhão, Flávio Dino; Ministério

Público Estadual (MP/MA); Defensoria Pública Estadual (DPE/MA) e Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão (OAB/MA).

O documento estabelece compromisso entre os órgãos para a implementação de medidas administrativas com vistas à adequação do sistema de Justiça Criminal aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal, Lei de Execução Penal e Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

O objetivo é a união de esforços para reestruturar o sistema carcerário, incluindo reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, como a conclusão emergencial, pelo Executivo, de cinco unidades, com a criação de 1.134 vagas; aprimoramento da rotina de execução penal, de modo a promover a celeridade dos atos processuais, entre outros.

O ministro Ricardo Lewandowski e as autoridades acompanharão a realização de uma audiência de custódia, presidida pelo juiz Antonio Luiz de Almeida, da Central de Inquéritos de São Luís.

O MINISTRO Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, desembarca hoje em São Luís. No Tribunal de Justiça do Maranhão, ele assinará, com a desembargadora Cleonice Silva Freire, Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão.

Presidente do STF, Lewandowski chega hoje a São Luís

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski (foto), assina hoje, no Tribunal de Justiça do Maranhão, juntamente com a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire, o Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal do Estado do Maranhão, que prevê a implementação de medidas no âmbito da execução penal e carcerária do Estado. **POLÍTICA 3**



VISITA

Lewandowski chega hoje ao Maranhão

Ministro assina termo para aperfeiçoamento da Justiça Criminal do Estado, ao lado do governador Flávio Dino, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participa de solenidade hoje (22), no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), quando assinará, juntamente com a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire, Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal do Estado do Maranhão. Na ocasião, o ministro Ricardo Lewandowski será agraciado com a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão.

O Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal, que prevê a implementação de medidas no âmbito da execução penal e carcerária do Estado, também será assinado pelo governador do Maranhão, Flávio Dino; Ministério Público Estadual (MP/MA); Defensoria Pública Estadual (DPE/MA) e Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão (OAB/MA).

O Termo estabelece compromisso entre os órgãos para a implementação de medidas administrativas com vistas à adequação do sistema de Justiça Criminal aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal, Lei



O ministro Ricardo Lewandowski e as autoridades acompanharão a realização de uma audiência de custódia

de Execução Penal e Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

O objetivo é a união de esforços para reestruturar o sistema carcerário, incluindo reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, como a conclusão emergencial, pelo Executivo, de cinco unidades, com a criação de 1.134 vagas; aprimoramento da rotina de execução penal, de modo a promo-

ver a celeridade dos atos processuais, entre outros.

Audiência de custódia

O ministro Ricardo Lewandowski e as autoridades acompanharão a realização de uma audiência de custódia, presidida pelo juiz Antonio Luiz de Almeida, da Central de Inquéritos de São Luís.

A audiência de custódia faz parte dos compromissos do TJMA

perante o Termo de Cooperação, e consiste no ato de apresentação imediata dos presos em flagrante à presença de um juiz, para verificação da necessidade e legalidade da prisão. A audiência já vem sendo realizada no Estado desde setembro de 2014, na Central de Inquéritos de São Luís, com acompanhamento da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF).

Termo de Compromisso para adequar o sistema de justiça

O governador Flávio Dino e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, assinam o Termo de Compromisso para adequar o sistema de justiça criminal do Maranhão. Nos últimos anos, o estado não concluiu as obras e adequações estabelecidas pelo CNJ para a melhoria do sistema de

execução penal e carcerário maranhense.

Dentre elas, a construção e conclusão dos estabelecimentos prisionais em alguns interiores e na capital, São Luís; a celebração de convênios para manter os centros de reintegração social; o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário; a regularização do aten-

dimento à saúde no Complexo de Pedrinhas, dentre outras.

Celebrarão o termo o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, o Governo do Maranhão, o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Maranhão.

O credenciamento para a im-

prensa e o recolhimento das credenciais serão feitos até as 10h da manhã de hoje (22). Somente terá acesso ao evento os meios de comunicação credenciados. Para solicitar credenciamento o veículo de comunicação deve enviar o nome completo da equipe, bem como as respectivas funções ocupadas para credenciamento@secom.ma.gov.br.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Distorções

O Brasil tem o pior cenário tributário do mundo e o grau de litigiosidade na área é expressivamente superior ao observado em outros países, criando um clima de insegurança jurídica que desestimula o investimento.

A complexidade do sistema tributário brasileiro certamente é uma das causas do problema, agravado pelo número excessivo de mudanças na legislação tributária, muitas vezes feitas sem o necessário cuidado, o que leva a uma legislação mal elaborada e, portanto, sujeita a diversas interpretações.

O elevado índice de disputas judiciais na área tributária deve-se também à resistência das receitas municipais, estaduais e Federal em revelar informações sobre a aplicação de tributos.

Isso gera aumento no número de casos de litígio na Justiça (contencioso tributário), pois quando os cidadãos sentem que seus direitos estão sendo violados procuram a Justiça em busca de seus direitos. Com isso, o Brasil fica à frente de países desenvolvidos em número de processos.

São 16 processos tributários em discussão para cada dez mil habitantes. Nos Estados Unidos é um processo tributário a cada dez mil habitantes. No Canadá são dois para o mesmo número de habitantes.

A relação elevada entre número de processos e habitantes no Brasil pode ser vista como uma evidência favorável de que estamos diante de uma Justiça acessível e de que os cidadãos estão cada vez mais conscientes de seus direitos.

A alta litigiosidade reflete a complexidade das normas tributárias, a necessidade de consolidação e irretroatividade da jurisprudência (administrativa e judicial) e transparência por parte dos órgãos fiscalizadores na interpretação e aplicação da legalidade.

A existência de um forte lobby organizado por quem se beneficia das distorções atuais no país se impõe como uma grande barreira à racionalização do sistema fiscal brasileiro.

Soma-se a isso a insistência de Governos em continuar utilizando o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) como ferramenta política e de empresas que recebem incentivos fiscais e não querem perdê-los, mesmo que isso tire a eficiência do país na área tributária.

Basta elaborar uma proposta para melhorar o nosso sistema tributário burocrático e discutir a complexidade das normas e o elevado número de tributos, os Municípios e Estados com interesses políticos consolidados reagem mandando qualquer projeto nesse sentido para o quinto dos infernos.

A expressão quinto dos infernos está ligada à matéria tributária na época que a coroa portuguesa cobrava um quinto sobre o ouro que era fundido no Brasil. A situação foi considerada grave, gerando movimentos históricos, como a Inconfidência Mineira. Hoje, estamos chegando a quase dois quintos e ninguém faz absolutamente nada.

A reserva do quinto também foi estendida à extração de diamantes. Contudo, devido ao intenso contrabando e sonegação, levou ao cúmulo de a metrópole, no ano de 1771, decretar a chamada Extração Real, que consistiu na criação do monopólio imperial sobre o diamante, que vigorou até 1832.

Tecnologia

Na era do processo eletrônico os operadores do Direito terão que trabalhar adotando a tecnologia de informação avançada, uma vez que o tempo não estará mais a seu favor. A especialidade agora não é só interpretar a lei, mas agir rápido utilizando os meios tecnológicos para obter bons resultados. É necessário se adaptar a essa nova realidade tecnológica e fazer dela um degrau para a eficiência profissional.

Compromissos tributários

O dinheiro que o contribuinte brasileiro ganhou com o seu trabalho até o final maio deste ano foi totalmente destinado ao pagamento de taxas, contribuições e impostos exigidos pelos governos federal, estadual e municipal.

O dado consta de um levantamento do Instituto Brasileiro de Tributação (IBPT) e mostra que, a cada ano, os brasileiros têm destinado a maior parte do dinheiro que ganham para cumprir compromissos tributários com o Estado.

Direitos humanos

Com a adoção de políticas míopes e divisivas, que só promovem o medo e a insegurança, o Poder Público está enfraquecendo o Estado Democrático de Direito. Daí decorre o clima perverso de abusos dos direitos humanos em que nenhum direito é inviolável e ninguém se sente seguro.

Consumo irracional

Mesmo com limites na propaganda, a população brasileira nunca tomou, em tempo algum, tanto remédio sem precisar como agora. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que metade do consumo mundial é feito de forma irracional, ou seja, em dose, tempo ou custo maior que o necessário. Na lista das possíveis causas estão incluídas políticas de preços, atividades promocionais irregulares e falta de informação e educação sobre o uso correto de medicamentos.

Automedicação

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas, todos os anos, cerca de 20 mil pessoas morrem no Brasil vítimas de automedicação. Na maioria das vezes, a causa da morte está relacionada à intoxicação e a reações de hipersensibilidade, como alergia aos medicamentos.

Peso dos impostos

A alta arrecadação no âmbito federal não tem resultado em melhoria dos serviços públicos para a população. O governo faz de tudo para retirar riqueza da sociedade, mas não melhora os serviços de educação, saúde ou transporte público.

Além de não conseguir melhorar serviços, o Brasil tem que destinar parte significativa de suas receitas para o pagamento de juros da dívida pública, cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Balaio de Sotaques/2015

A tradicional primeira noite dos festejos juninos realizada pelo Sesc no dia 13 de junho, o Balaio de Sotaques, teve uma diversificada programação, com show de Mano Borges,

apresentação de Bumba-Meu-Boi e outras danças folclóricas que agradou a todos. O evento reuniu imprensa e autoridades. O melhor da comida típica maranhense foi oferecido aos convidados.



Desembargador José Luiz Almeida e sua esposa Ana Rita